



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6899/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

O AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria nº 0003, de 06 de janeiro de 2026, nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, no modo de disputa “**ABERTO**” para “*Contratação de empresa para prestação de serviço de destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos urbanos (RSV)*”, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Anexo I do Termo de Referência.

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

II – DO OBJETO

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

IV – DO CREDENCIAMENTO

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

IX – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

X – DA HABILITAÇÃO

XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

XII – DOS RECURSOS

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

XIV – DO PAGAMENTO

XV – DAS PENALIDADES

XVI – DA CONTRATAÇÃO

XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO



XVIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**ANEXOS:**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO;

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;



**PREGÃO ELETRÔNICO N. 005/2026 – AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E  
ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU**

**I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

- 1.1 A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.
- 1.2 No dia **21/05/2026, às 10:00 horas**, será feita a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Licitanet - sítio <https://www.licitanet.com.br>.
- 1.3 Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**II – DO OBJETO**

- 2.1 Esta licitação tem por objeto o ***“Contratação de empresa para prestação de serviço de destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos urbanos (RSV)”***, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Anexo I do Termo de Referência.
- 2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no [licitanet.com.br](https://licitanet.com.br) e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

**III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO**

- 3.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico [licitacoespmcm@gmail.com](mailto:licitacoespmcm@gmail.com)
- 3.2 As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade
- 3.3 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.
- 3.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>, por meio do link Processos>Cachoeiras de Macacu>Pregão> Impugnar, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas, cujas respostas vincularão tanto os participantes quanto a administração.
- 3.6 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.



#### **IV – DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio <https://www.licitanet.com.br>.

**4.2** O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**4.3** A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.3.1** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

#### **V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP**

**5.1** Poderão participar deste pregão eletrônico empresas que:

**5.1.1** Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.

**5.1.2** Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br>

**5.1.3** Manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

**5.1.4** Na ocasião de participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015, com ressalva para os casos previstos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

**5.1.5** Para o enquadramento das ME/EPP, a licitante, no ato de envio de sua proposta e da documentação de habilitação, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida Lei.

**5.1.5.1** A licitante deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que não detém, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões, oitocentos mil reais), nos termos do § 2º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

**5.1.6** A falsidade nas declarações de que tratam os itens 5.1.4 e 5.1.5.1, ou qualquer outra firmada durante o certame, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**5.2** Não poderão participar deste certame, licitantes interessadas e enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

**5.2.1** Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021;

**5.2.2** Suspensas de participar de licitações e impedidos de contratar com o



Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, nos termos do art.156, III, da Lei n.º 14.133/2021;

**5.2.2.1** A suspensão prevista no item acima, aplica-se apenas no âmbito do Município de Cachoeiras de Macacu/RJ.

**5.2.3** Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**5.2.4** Os impedimentos de que tratam os itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 também serão aplicados às licitantes que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**5.2.4.1** Para aplicação do item anterior, será realizada a Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, momento em que o pregoeiro diligenciará a licitante para verificar a possibilidade de fraude à licitação, mediante a checagem dos vínculos societários da empresa, linhas de fornecimentos similares, dentre outras formas admitidas, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**5.2.5** Interessadas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**5.2.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**5.2.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**5.2.8** OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário).

**5.2.9** Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

**5.2.10** Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência.

**5.2.11** Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação.

**5.2.12** Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

**5.2.12.1** A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

**5.2.12.2** A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no



item 5.2.12.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.

5.2.12.3 A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens 5.2.12.1 e 5.2.12.2.

## **VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO**

**6.1** Após a divulgação deste edital no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) as licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e do preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, se encerrará a fase de recebimento de propostas.

**6.2** No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

**6.3** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta.

**6.4** Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

**6.5** O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias a contar da apresentação da proposta final (planilha readequada).

**6.6** Os preços deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

**6.7** Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.8** Na etapa de apresentação da proposta pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

**6.9** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

**6.10** Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com preços acima do orçamento estimado para a contratação.

## **VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1** O sistema eletrônico dará início, automaticamente, à sessão pública na data e horário previstos na cláusula I deste edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

**7.2** A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.3** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada pelo sistema.

## **VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE**

**8.1** No horário fixado para a abertura da sessão pública, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, o sistema informará às licitantes do





recebimento do lance e o valor consignado no registro.

**8.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

**8.2.1** A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 5,00 (cinco reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**8.2.1.1** Observada a condição do item anterior, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**8.2.1.2** O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**8.2.1.3** Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

**8.3** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

**8.4** No transcurso da sessão pública, o sistema prestará informação às licitantes, em tempo real, do lance de menor valor registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

**8.5** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

**8.6** A etapa de lances seguirá o procedimento do modo de disputa, a qual será composta por uma etapa aberta.

**8.7** Nesse modo de disputa, a etapa aberta de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos.

**8.8** Encerrado o prazo disposto no item 8.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**8.9** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente.

**8.10** Do desempate:

**8.10.1** Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item 8.10.1;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro



lugar;

c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea “b” deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito;

d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação das licitantes para fins de aceitação;

e) não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, bem como das condições indicadas nos itens 5.1.5 e 5.1.6 deste edital;

**8.11** Não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, o estabelecido no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, situação em que o pregoeiro abrirá nova disputa ou indicará prazo para envio de documentação comprobatória.

**8.12** Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

**8.13** Caso ocorra desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances e, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.14** Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação às empresas participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br>

## **IX – DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**9.1** Apurada a melhor oferta, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, para avaliar a sua aceitação quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

**9.2** O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

**9.3** Havendo negociação ou não, a licitante terá o prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados à negociação.

**9.3.1** A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.





**9.4** A apresentação das planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, no mesmo prazo do item 9.3.

**9.5** Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

**9.6** O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste edital.

**9.7** No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**9.7.1** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

**9.8** Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo pregoeiro, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos ou conforme o prazo determinado durante a sessão.

## **X – DA HABILITAÇÃO**

**10.1** Encerrada a fase de julgamento e da intenção de recurso, o pregoeiro convocará a licitante para, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital.

**10.1.1** A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a)** por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou
- b)** de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

**10.2** Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**10.2.1** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**10.2.2** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**10.3** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

**10.4** A documentação de habilitação deverá conter:

### **Habilitação jurídica**

- a)** cédula de identidade;
- b)** registro comercial, no caso de empresário individual;



- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### **Regularidade fiscal, social e trabalhista**

- f) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- g) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 103, de 20 de dezembro de 2021, que alterou a Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 2/10/2014;
- i) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante;
- j) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

#### **10.5 Qualificação econômico-financeira:**

**10.5.1** Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**10.5.2** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da lei (inclusive o Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**10.5.2.1.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir



os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

**10.5.2.2.** Será admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

**10.5.2.3.** As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou (Lei nº 6.404 de 15/12/76 e alterações);

**10.5.3.** As demonstrações contábeis e o balanço patrimonial deverão estar acompanhados do Termos de Abertura e Encerramento dos Livros Diários dos exercícios apresentados, devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.

**10.5.4.** Comprovação da boa situação financeira dos 02 (dois) últimos exercícios da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante

**10.5.5.** Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

**10.5.6.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez



Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação (capital mínimo) OU (patrimônio líquido mínimo) de 9% (até 10%) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

**10.5.7.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

#### **10.6 Declarações exigidas:**

- a) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 68, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- b) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei n. 14.333/2021;
- d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação;

**10.6.1** As declarações elencadas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” deverão ser formalizadas em campo próprio no sistema <https://www.licitanet.com.br>.

#### **10.7 Qualificação técnica:**

**10.7.1** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**10.7.2.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**10.7.3.** Alvará Sanitário ou licença de operação do aterro emitido por autoridade competente.

**10.8** O descumprimento das exigências contidas na habilitação determinará a inabilitação da licitante.

**10.9** As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

**10.9.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a



emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**10.9.1.1** O prazo de que trata o subitem 10.10.1 poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015.

**10.9.2** A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 10.9.1 e 10.9.1.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

**10.10** Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos exigidos da licitante.

**10.11** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

**10.12** No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**10.12.1** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.13, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

**10.12.2** O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

**10.13** Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

**10.14** A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**10.15** Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.

**10.16** Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 10.12.

**10.17** Após o pregoeiro registrar a habilitação ou inabilitação, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

**10.18** A documentação física, caso solicitada, deverá ser encaminhada em cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua: Oswaldo Aranha, nº 06, Centro, CEP: 28681-335, Cachoeiras de Macacu/RJ. Aos cuidados do pregoeiro responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.



## **XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO**

**11.1** A licitante vencedora deverá enviar a proposta definitiva de preço, por meio do link “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula XV (Das Penalidades) deste edital.

**11.2** Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

**11.3** A proposta de preços deverá ser redigida em Língua Portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

**11.3.1** Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

**11.3.2** O endereço e o CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

**11.3.3** A descrição de forma clara e detalhada do objeto, abrangendo, no mínimo, as características do objeto licitado.

**11.3.4** Preço unitário e total (com tributos, insumos e demais encargos da contratação), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final.

## **XII – DOS RECURSOS**

**12.1** A intenção de recurso ocorrerá em dois momentos, sendo:

- a)** de forma imediata após o término do julgamento das propostas, consoante disposto na cláusula IX deste edital;
- b)** de forma imediata após a declaração de habilitação e/ou inhabilitação, consoante disposto na cláusula X desse edital.

**12.2** Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico, conforme indicado nas alíneas “a” e “b” do item 12.1.

**12.3** A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes implicará decadência do direito de recurso.

**12.4** As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, se desejarem, a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata (pelo sistema) dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**12.5** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.6** Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o





objeto e homologar o procedimento, em atenção ao disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**13.1** A despesa decorrente desta licitação está estimada no valor total de **R\$ 1.996.874,40** (Um milhão, novecentos e noventa e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos) conforme estimado em pesquisa do Departamento de Compras Governamentais.

#### 13.1.1 Natureza de Despesa:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30.000	30.033	3.3.90.39.00.00.00.00	1.704.0000	Transferência da União Referente a Compensações

**13.2** Em razão das limitações sistêmicas do [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), ao cadastrar sua proposta neste, a licitante deve prever o valor integral para 1 (um) ano e o quantitativo para esse período. No envio da proposta ajustada, deverá contemplar os quantitativos, os valores unitários e totais para o período de 1 (um) ano, que corresponde à vigência da contratação.

### XIV – DO PAGAMENTO

**14.1** O pagamento será efetuado por ordem bancária, no prazo definido no contrato, após o atesto firmado por funcionários da nota fiscal/fatura, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas.

**14.1.1** As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e devidamente protocoladas no setor próprio da AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU - AMAE-CM.

### XV – DAS PENALIDADES

**15.1** A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

**15.1.1)** multa compensatória:

- a)** 5%, calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP, nos prazos previstos na Cláusula X;
- b)** 15%, calculada sobre o valor homologado, em caso da não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do §3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21.
- c)** 15% calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.

**15.1.2** impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três



anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 2 (dois) meses;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, pelo período de 4 (quatro) meses;
- c) não assinar a ata ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;
- d) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

**15.1.3** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

**15.1.4** As multas previstas no item 15.1.1 poderão cumular-se com as penalidades previstas nos itens 15.1.2 e 15.1.3 deste capítulo.

**15.2** É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa, se houver;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.

**15.3** A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação do licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**15.4** A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do **AUTARQUIA**



**MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU** decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

**15.5** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**15.6** Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

**15.7** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**15.7.1** Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

**15.8** As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta do contrato, anexo a este edital.

## **XVI – DA CONTRATAÇÃO**

**16.1** Homologada a licitação, a **AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU**, poderá convocar a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta, para a devida assinatura do instrumento contratual que se dará em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei 14.133/21.

**16.1.1** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. }

**16.2** É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo ou retirá-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

**16.3** Caso nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a)** convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação,
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**16.4** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



**16.4.1** A regra do item 16.4 não se aplicará às licitantes remanescentes convocados na forma do item 16.2.

**16.5** Por ocasião da assinatura do instrumento contratual ou retirada da Nota de Empenho, verificar-se-á, por meio do SICAF ou de outros meios, se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

**16.6** A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU poderá requerer, no momento da assinatura do contrato, a documentação pessoal (RG e CPF) e a que confere poderes para a formalização do instrumento contratual.

**16.7** A critério da AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU, a assinatura do contrato poderá ocorrer de forma manual.

## **XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO**

**17.1** Fica vedada a subcontratação no fornecimento objeto do presente, na forma do artigo 122, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **XVIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**18.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1** Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

**19.2** Assegura-se a este Município o direito de:

**19.2.1** Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta.

**19.2.2** Caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

**19.2.2.1** A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

**19.2.3** Revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

**19.2.4** Adiar a data da sessão pública.

**19.3** O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

**19.4** As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.



**19.5** O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

**19.6** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

**19.7** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

**19.8** Os documentos originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres.

**19.9** O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, nos endereços eletrônicos

[www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br);

[https://transparencia.betha.cloud/#/VZlCw3tEQSz63QIK2HkQw==\\*/consulta/31197](https://transparencia.betha.cloud/#/VZlCw3tEQSz63QIK2HkQw==*/consulta/31197).

<https://www.licitanet.com.br>

Cachoeiras de Macacu/RJ, 30 de Abril de 2026.

---

*Fábio Marinelli Pontes*  
*Presidente da AMAE-CM*



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6899/2025**

**ÓRGÃO REQUISITANTE:** Autarquia Municipal de Água e Esgoto AMAE-CM

**1. DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso I)**

10. 1.1 – *Contratação de empresa para prestação de serviço de destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos urbanos (RSV).*

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	<i>Contratação de empresa para prestação de serviço de destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos urbanos (RSV).</i>	Tonelada	17.340		

1.2 – Requisitos de Contratação:

1.2.1 - A empresa deve estar em dia com todas as suas obrigações legais e fiscais, incluindo inscrição no CNPJ, Cadastro de Inscrição Estadual.

1.2.2 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

1.2.3 - Providencias a imediata correção das divergências pela AMAE, quanto à execução do serviço;

1.2.4 - Responsabilização por eventuais danos: O contratado será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

1.2.5 - Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato.





1.2.6 - Manter, durante toda a vigência do contrato, as licenças e autorizações ambientais necessárias ao correto funcionamento dos serviços prestados;

1.2.7 - Apresentar, se não for proprietária do local de destinação, carta de anuência emitida pelo titular da unidade licenciada, autorizando a utilização da estrutura para recebimento dos resíduos no quantitativo estimado pelo município, pelo período de vigência do contrato;

1.2.8 - Providenciar os equipamentos, veículos, ferramentas, uniformes e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas de segurança do trabalho e ambientais;

1.2.9 - Realizar a pesagem dos resíduos transportados em balança aferida pelo INMETRO, com emissão de tíquetes de pesagem em três vias (uma para a contratante, uma para a contratada e uma para arquivamento no local de destinação final);

1.2.10 - Apresentar mensalmente relatório detalhado dos serviços realizados, com os respectivos tíquetes de pesagem e demais documentos comprobatórios, para fins de medição e liberação de pagamento;

1.2.11 - Substituir o local de destinação final, sem ônus adicional para a Administração, caso haja suspensão, interdição, vencimento de licença ou qualquer impedimento legal para a continuidade da destinação no local inicialmente indicado;

1.2.12 - Zelar pela preservação ambiental durante todas as etapas do serviço, evitando derramamentos, contaminações, poluição visual ou quaisquer danos ao meio ambiente;

1.2.13 - Submeter-se à fiscalização da contratante a qualquer tempo, permitindo acesso a documentos, instalações, veículos e locais de destinação final dos resíduos, sempre que solicitado.

## **2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso II)**

**2.1.** O presente objeto classifica-se como bem comum e serviços comuns: por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, dessa forma a Lei nº 14.133/2021, classifica-os como:

“Lei Federal 14.133/21, Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:



XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”

2.2. Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação do(s) bem(ns)/serviço(s) demandado(s) verificamos que este(s):

- é (são) passível de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- possui(em) especificações usuais de mercado;
- e possui(em) disponibilidade no mercado.

2.3. Logo, o(s) bem(ns) a ser(em) adquirido(s) classifica(m)-se como sendo bem(ns) comum(ns).

### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso II)

3.1 - A AMAE-CM, no exercício de suas atribuições institucionais, identifica a necessidade de garantir a **destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos** gerados no Município de Cachoeiras de Macacu, classificados como **Classe IIA e IIB**, conforme a ABNT NBR 10.004. Essa necessidade decorre do dever legal da Administração Pública de assegurar a gestão responsável dos resíduos, prevenindo danos ambientais, riscos à saúde pública e impactos negativos à infraestrutura urbana.

3.2 - Embora o município não esteja atualmente enfrentando situações graves de acúmulo ou descarte irregular desses resíduos, há risco concreto de que tais problemas venham a ocorrer caso não haja meios adequados e contínuos para sua destinação final. A ausência dessa estrutura pode resultar, futuramente, em descarte inadequado em vias públicas, áreas verdes, terrenos baldios ou demais locais não autorizados, potencialmente gerando consequências como:

- proliferação de vetores e riscos sanitários;
- entupimento de sistemas de drenagem e ocorrência de alagamentos;
- degradação ambiental e contaminação do solo e da água;
- prejuízos à mobilidade, limpeza urbana e segurança da população;
- aumento de custos públicos com ações corretivas e remediações ambientais.

3.3 - Diante desse cenário, revela-se **imprescindível** que a autarquia disponha de meios contínuos, regulares e tecnicamente adequados para encaminhar esses resíduos a **unidades licenciadas** para disposição final ou tratamento, garantindo conformidade com:



- a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010;
- a legislação ambiental federal, estadual e municipal;
- o Decreto Municipal nº 5.045/2024, que exige a correta identificação da necessidade administrativa;
- a Lei Federal nº 14.133/2021, que determina que toda demanda seja fundamentada em necessidade pública e interesse coletivo.

**3.4 - A presente demanda busca, portanto, atender a uma necessidade essencial e permanente da AMAE-CM, fundamental para:**

- promover a saúde pública e a segurança sanitária;
- manter a limpeza urbana e o ordenamento do espaço público;
- prevenir danos ambientais e evitar responsabilização do Município;
- assegurar a adequada gestão dos resíduos cuja disposição não pode ser realizada pela população por meios convencionais;
- resguardar o interesse público ao evitar custos futuros com reparações, recuperação ambiental e medidas emergenciais.

**3.5 - Trata-se, assim, de uma necessidade administrativa inegável e contínua, decorrente das competências legais da autarquia e diretamente vinculada à preservação ambiental, à sustentabilidade e ao bem-estar da coletividade.**

#### **4. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IV)**

**4.1 -** Nos termos do Art.47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como na Súmula nº 247/TCU dispõe que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. Na aplicação deste princípio, o parágrafo 1º do mesmo artigo estabelece que deverá ser considerado a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos. A solução de comunicação desejada é composta por um conjunto de componentes que se relacionam para produzir os resultados esperados para a contratação. A separação total ou parcial destes componentes compromete o conjunto da solução, logo optou-se pelo agrupamento único para que haja compatibilidade total entre todos os itens da solução e ainda evitar conflito de competências e responsabilidades, em caso de contratação de fornecedores distintos. Deste modo, a licitação será realizada de forma única para garantir a interoperabilidade do abastecimento e funcionalidades necessárias.

Diante do exposto, a licitação desse objeto deverá ser realizada de forma única, sem divisão de itens, visando propiciar agilidade ao processo e a garantia de qualidade e



otimização da entrega, conforme estabelecido pelo Art. 40, Par. 3º, inciso I da Lei Federal.

## **5. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso V)**

**5.1** - Não é admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VI)**

A prestação dos serviços compreenderá **todas as etapas necessárias** à destinação final adequada, incluindo:

### *6.1. Recebimento e conferência dos resíduos no aterro sanitário licenciado*

A contratada deverá receber os resíduos transportados pela AMAE-CM, ou por prestador devidamente autorizado, realizando:

- conferência da carga;
- pesagem em balança rodoviária aferida pelo INMETRO;
- registro digital das informações referentes a tipo, origem e massa/volume dos resíduos;
- emissão de comprovantes e relatórios mensais.

### *6.2. Destinação final em aterro sanitário devidamente licenciado*

A contratada deverá executar a disposição final observando:

- Licença de Operação válida, emitida pelo órgão ambiental competente;
- atendimento à **ABNT NBR 13896** (Aterros de Resíduos Sólidos Não Perigosos);
- operação das células ativas com impermeabilização adequada;
- sistema de drenagem e tratamento de chorume;
- sistema de captação e queima/aproveitamento de biogás;
- controle de vetores, odores, poeira e riscos operacionais;
- monitoramento ambiental periódico (água subterrânea/superficial, solo, gases), conforme condicionantes da LO.

### *6.3. Continuidade da prestação dos serviços*

A contratada deverá:

- manter estrutura operacional em funcionamento contínuo, sem interrupções;



- garantir atendimento mesmo em períodos de intempéries ou aumento sazonal de resíduos;
- assegurar mão de obra, equipamentos, insumos e sistemas adequados para o pleno cumprimento do contrato;
- disponibilizar canal de atendimento direto com a AMAE-CM para resolução imediata de incidentes.

#### *6.4. Obrigações de monitoramento, rastreabilidade e transparência*

A empresa deverá disponibilizar:

- relatórios mensais contendo massas recebidas, análises de chorume, monitoramento de gases e condições das células;
- acesso digital aos registros de pesagem;
- comprovação de manutenção dos equipamentos e das instalações;
- comunicação imediata de anomalias, riscos ou descumprimentos das condicionantes ambientais.

#### *6.5. Exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica*

A contratada deverá garantir que:

- todo o sistema de balança, drenagem, tratamento de chorume, captação de biogás e demais componentes esteja regularmente mantido;
- haja manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com registros disponíveis para auditoria;
- sejam cumpridas as normas de segurança do trabalho (NR-12, NR-20, NR-35) e normas ambientais aplicáveis.

#### *6.6. Atendimento aos princípios da sustentabilidade e às obrigações legais*

A solução atende aos requisitos:

- da **Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010**;
- do **Marco Legal do Saneamento – Lei 14.026/2020**;
- da **Lei 14.133/2021**, especialmente quanto aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade;
- das diretrizes de desenvolvimento sustentável, reduzindo impactos ambientais e prevenindo riscos sanitários.

#### *Síntese da solução:*

Trata-se de solução integral, tecnicamente adequada e ambientalmente segura, garantindo:

- destinação final adequada e contínua dos resíduos Classe II produzidos pelo município;
- segurança operacional e redução de riscos ambientais e à saúde pública;



- conformidade legal e regulatória;
- eficiência administrativa, econômica e ambiental;
- melhoria direta da qualidade de vida da população de Cachoeiras de Macacu.

## **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VII)**

**7.1** - Os resíduos serão transportados até aterro sanitário ou unidade de processamento devidamente licenciada, cuja licença ambiental será previamente apresentada e aprovada pela contratante. A pesagem dos resíduos deverá ocorrer em balança certificada pelo INMETRO, com emissão de tíquetes em três vias, que servirão como comprovação para conferência dos serviços prestados. Mensalmente, a contratada apresentará relatório detalhado das atividades realizadas, acompanhados dos tíquetes de pesagem e demais documentos comprobatórios exigidos. Caso seja necessária a substituição do local de destinação devido a questões ambientais ou operacionais, a contratada deverá informar imediatamente a contratante e providenciar, sem custos adicionais, a destinação em local igualmente licenciado e aprovado.

**7.2** - A AMAE-CM realizará fiscalização contínua, podendo acessar instalações, veículos, equipamentos e locais de destinação para garantir o cumprimento das obrigações contratuais. Durante toda a execução, a contratada deverá observar rigorosamente as normas ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho, assegurando a proteção dos colaboradores, do meio ambiente e da população.

## **8. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VIII)**

**8.1** - Considerando a natureza do serviço de destinação final de resíduos sólidos volumosos, a contratada deverá garantir a continuidade e qualidade da prestação dos serviços durante todo o período contratual, responsabilizando-se pela manutenção adequada do local, equipamentos e demais recursos utilizados na execução.

**8.2** - A garantia exigida consiste no compromisso da contratada em manter as condições operacionais e de equipamentos, realizando as manutenções preventivas e corretivas necessárias para assegurar a execução eficiente e segura dos serviços, sem interrupções ou falhas que possam comprometer o atendimento às exigências do contrato. Além disso, a contratada deverá disponibilizar assistência técnica e suporte operacional





imediatos em caso de falhas ou problemas que afetem a prestação do serviço, garantindo a rápida solução de eventuais contingências.

**8.3** - O não cumprimento das condições de garantia, manutenção e assistência técnica poderá sujeitar a contratada às penalidades previstas no contrato, bem como a eventuais retenções de pagamento até que a situação seja regularizada.

## **9. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO:** **(Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IX)**

**9.1** – O valor máximo estimado desta contratação será definido a partir de **cotação mercadológica**, devidamente registrada em **quadro comparativo de preços**, elaborado pela equipe de pesquisa, conforme determina o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

**9.2** – O resultado da pesquisa de preços será juntado aos autos em documento próprio, contendo os valores unitários e globais obtidos junto a fornecedores do ramo e demais pesquisas, conforme artigo 23 da Lei Federal 14.133/21, devidamente assinado pelos responsáveis.

**9.3** – O valor estimado da contratação corresponderá à mediana dos preços apurados, servindo como limite máximo aceitável para a celebração do contrato, em observância ao princípio da economicidade e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **10. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XI)**

**10.1** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da AMAE de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30.033	17.122.2001	3.3.90.39.00.00.00.00	1.704	Recursos vinculados a fundos

**10.2** Para esta atividade verificou-se, inclusive, a inovação legislativa advinda do preceito do art. 66 da Lei 14.133/21, segundo o qual os documentos alusivos à habilitação jurídica, limitando-se “a comprovação de existência jurídica da pessoa”



*“Art. 66 – a habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa, e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.”*

**10.2.1** – As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de **pertinência** com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência **literal** entre o objeto social e o objeto descrito no edital.

**10.2.2** – Não será admitido a participação de empresas atuantes em ramos **completamente impertinentes**, ou cuja natureza jurídica seja **incompatível** com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos neste T.R.

## **11. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XII)**

**11.1** – Trata-se do Processo de Pregão, em que se procedeu à análise quanto à aplicabilidade dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, notadamente a reserva de cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado para participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 48, III).

**11.2** - Após exame dos itens constantes no Termo de Referência, constatou-se a impossibilidade de aplicação da reserva de cotas este item, em razão da impraticabilidade de fracionamento sem prejuízo da economicidade e da uniformidade do fornecimento. A natureza do fornecimento exige continuidade e disponibilidade imediata, o que poderia ser comprometido com eventual divisão de cotas.

**11.3** - Nesse sentido é o entendimento do Plenário do E. Tribunal de Contas da União no bojo dos Acórdãos n.º 1238/2016 e n.º 3334/2015, ambos de relatoria da Ministra Ana Arraes, conforme excerto abaixo:

(...)

*“Não há obrigação legal de parcelamento do objeto da licitação exclusivamente para permitir a participação de microempresas e*



*empresas de pequeno porte. O parcelamento do objeto deve visar precipuamente o interesse da Administração. [Voto] 3. Manifestei-me contrária a essas irregularidades nos seguintes termos: “(...) Apesar de o art. 47 da Lei Complementar 123/2006 determinar que, nas contratações públicas, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, não existe determinação para que as aquisições realizadas pela Administração Pública sejam divididas em parcelas com o objetivo de permitir a participação dessas empresas. 6. É relevante destacar que o tratamento diferenciado e simplificado somente poderá ser concedido caso seja vantajoso para a Administração Pública e não represente prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme determina o art. 49 da Lei Complementar 123/2006. Como veremos adiante, não existe qualquer vantagem na divisão do objeto, mesmo que seja para atender aos interesses das micro e pequenas empresas.”*

(...)

**11.4** - Diante do exposto, justifica-se a não adoção da reserva de cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em relação à natureza do fornecimento do produto, permanecendo assegurados os demais benefícios previstos na legislação vigente, como o tratamento diferenciado em caso de empate e as condições facilitadas de regularização fiscal.

## **12. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIII)**

**12.1** – Dado que os serviços pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de edital, bem como especificações usuais de mercado, poderão ser contratados pela modalidade licitatória PREGÃO de acordo com Art.6º, inciso XLI da Lei Federal 14.133/2021 e, em sua forma ELETRÔNICA, com o Art.17, Parágrafo 2º da mesma Lei. O critério de julgamento atenderá ao inciso I, do artigo 33, sendo vencedora a proposta com menor preço GLOBAL. O modo de disputa será ABERTO, de acordo com o inciso I, do Art. 56 da mesma Lei Federal.



Nos termos do Art.47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como na Súmula nº 247/TCU dispõe que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. Na aplicação deste princípio, o parágrafo 1º do mesmo artigo estabelece que deverá ser considerado a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos. A solução de comunicação desejada é composta por um conjunto de componentes que se relacionam para produzir os resultados esperados para a contratação. A separação total ou parcial destes componentes compromete o conjunto da solução, logo optou-se pelo agrupamento para que haja compatibilidade total entre todos os itens da solução e ainda evitar conflito de competências e responsabilidades, em caso de contratação de fornecedores distintos. Deste modo, a licitação será realizada em grupo único para garantir a interoperabilidade dos equipamentos e funcionalidades necessárias

Diante do exposto, a licitação desse objeto deverá ser realizada de forma agrupada, sem divisão de itens, visando propiciar agilidade ao processo e a garantia de qualidade e otimização da entrega, conforme estabelecido pelo Art. 40, Par. 3º, inciso I da Lei Federal.

### **13. DAS PROPOSTAS:**

#### **13.1 – Prazo de validade: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIV)**

**13.1.1** - As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

#### **13.2 – Condições da Proposta**

**13.2.1** - O licitante interessado deverá encaminhar proposta, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**13.2.2** - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**13.2.3** - O licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o valor total ofertado (resultado da multiplicação do valor unitário pela quantidade), já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.



**13.2.4** - Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

**13.2.5** - Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

**13.2.6** - Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas em edital.

**13.2.7** - Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

### **13.3 – Exigência de Amostra, prova conformidade ou Prova de Conceito**

**13.3.1** – Não se aplica a este objeto.

## **14. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** **(Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)**

**14.1** – A Contratada deverá apresentar pelo menos 01 (um) atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa forneceu o objeto desta contratação.

## **15. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)**

**15.1** - Considerando o disposto no art. 70, I da Lei nº 14.133/2021, previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Contrato Social da Empresa;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>)



## 16. DO CONTRATO:

### 16.1 – Prazo e Prorrogação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVII)

11. 16.1.1 – O contrato deverá ter prazo de 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração perante a comprovação da vantagem econômica, conforme artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 16.2 – Prazo para Assinatura (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVIII)

16.2.1 – O contrato a ser firmado com a licitante vencedora incluirá as condições estabelecidas em instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

16.2.2. Homologado o resultado do processo, o fornecedor será convocado para assinar o contrato, conforme preconiza o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de 02 (dois) dias úteis, na sede do AMAE.

16.2.3. A recusa em assinar o contrato, no prazo estabelecido no item anterior, caracterizará o descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2.4. Na hipótese acima, à licitante decairá do direito à contratação, reservando-se o Promitente Comprador o direito de convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para negociações, observado o disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 16.3 – Requisitos da Contratação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIX)

16.3.1 – Os requisitos da Contratação foram apresentados particularizado por item no item 1.2 deste Termos de Referência.

### 16.4 - Reajuste

16.4.1 - Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.4.2 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um





ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**16.4.3** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**16.4.4** - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica, assim, a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**16.4.5** - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**16.4.6** - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**16.4.7** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **16.5 – Garantia Contratual**

**16.5.1** - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **16.6.– Subcontratação**

**16.6.1** - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATANTE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XX)**

**17.1** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o disposto neste Termo de Referência, nas cláusulas contratuais e nos termos de sua proposta;

**17.2** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

**17.3** - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente



envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**17.4** - Notificar o Contratado, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas, vícios, defeitos ou incorreções verificadas quanto ao objeto ou constatadas no curso da execução dos serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

**17.5** - Acompanhar e fiscalizar a execução do pacto e o cumprimento das obrigações pelo fornecedor;

**17.6** - Efetuar o pagamento ao fornecedor do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

**17.7** - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.

**17.8** - Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**17.8.1.** Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

**17.8.2.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

**17.8.3.** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e,

**17.8.4.** Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**17.9** - Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

**17.10** - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**17.11** - Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

**17.12** - Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



**17.13** - Aplicar ao fornecedor as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou instrumento equivalente.

**18 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXI)**

**18.1** - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**18.2** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**18.3** - Comunicar ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**18.4** - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**18.5** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**18.6** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**18.7** - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

**18.8** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



**18.9** - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**18.10** - Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;

**18.10.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

**18.11** - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimentos básicos adequados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**18.12** - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**18.12.1** - Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

**18.13** - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente na execução do pacto;

**18.14** - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

**18.15** - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**18.16** - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**18.17** - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

**18.18** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a



utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**18.19** - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

**18.20** - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

**18.21** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do pacto;

**18.22** - O Contratado/Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste Instrumento e em seus anexos, caso haja, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**18.23** - Assumir as responsabilidades decorrentes da execução deste Contrato, bem como as disposições contratuais;

**18.24** - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao Setor Administrativo responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

II) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

III) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

IV) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**18.25** - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**18.26** - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**18.27** - Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

**18.28** - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



**19 – PREVISÃO E PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL: (Decreto 5.045/24 –**

**Art. 14 – Inciso XXII)**

**19.1** - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**20 – PREVISÃO DAS CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 –**

**Art. 14 – Inciso XXIII)**

**20.1** - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**21 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIV)**

**21.1** – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

**21.2** – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

**21.3** – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

**21.4** – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

**21.5** – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.





**21.6** – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

**21.7** – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

#### INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA
GESTOR	Jonilson Correa Oliveira	047
GESTOR SUBSTITUTO	Cristiano da Silva Pinheiro	244
FISCAL TÉCNICO	Luciano da Silva Silvério	304
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	Leno Neves de Aguiar	262
FISCAL ADMINISTRATIVO	Filipe da Silva Barcelos	284
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	Arthur de Almeida Pereira	270

#### 22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXV)

**22.1** - A metodologia de avaliação da execução dos serviços será de acordo com os seguintes parâmetros:

- a - Atendimento integral das exigências do Termo de Referência;
- b - Qualidade dos serviços prestados;
- c - Pontualidade na execução dos serviços.

**22.2** - Com vistas à melhoria contínua na prestação de serviços, este órgão adotará o Acordo de Nível de Serviços – ANS como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA.

**22.3** - Para obtenção da pontuação final de glosa da fatura, serão utilizados os critérios de avaliação da tabela ANS, conforme verificado abaixo:



**ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

**1. ATENDIMENTO INTEGRAL DAS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE  
REFERÊNCIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

<b>Finalidade</b>	<i>Contratação de empresa para prestação de serviço de destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos urbanos (RSV).</i>
<b>Instrumento de medição</b>	Avaliação de Reação aplicada aos servidores ao final da prestação do serviço.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Média das notas atribuídas pelos servidores que preencheram a Avaliação de Reação aplicada ao final da capacitação.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	De 7 a 10 - 100% da fatura;
	De 7 a 5 - 90% da fatura;
	De 5 a 4 - 80% da fatura;
	Abaixo de 4 - inexecução parcial.

**2. PONTUALIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>Finalidade</b>	Garantir a disponibilidade dos serviços.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Dias = Quantidade de dias de atraso
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	0 dias = 100% da Fatura em caso de aceite;
	de 1 a 5 dias = 95% do valor correspondente na Fatura;
	de 6 a 10 dias = 90% do valor correspondente na Fatura;
	Acima de 11 dias = 80% do valor correspondente na Fatura.

Para efeitos de ajuste no pagamento será considerada a média dos valores do item 1 e item 2 - "Qualidade" e "Prazo" - conforme a fórmula seguinte:

$$\frac{(\text{Faixa de ajuste no pagamento "Prazo"} + \text{Faixa de ajuste no pagamento "Qualidade"})}{2}$$

**22.4 – Da Liquidação:**

**22.4.1** - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**22.4.2** - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;



- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**22.4.3** - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

## **22.5 Do Prazo de Pagamento**

**22.5.1** - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**22.5.2** - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

## **22.6 Da Forma de Pagamento**

**22.6.1** - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**22.6.2** - O pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal e atesto de execução dos serviços, conforme avaliação dos fiscais técnico e administrativo.

**22.6.3** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**22.6.4** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**22.6.5** - O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **23. DA SEGURANÇA DE DADOS:(Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXVI)**



**23.1** - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**23.2** - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**23.2.1** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**23.3** - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**23.4** - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**23.5** - A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**23.6** - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**23.8** - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



**23.9** - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXVI)**

**24.1** - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

**24.2** - Conforme o disposto nos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o contratado estará sujeito às seguintes sanções em caso de inadimplemento, descumprimento das obrigações contratuais ou irregularidades na execução do objeto:

- **Advertência;**
- **Multa**, nos percentuais e condições estabelecidos no contrato;
- **Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração**, pelo prazo de até 2 ( dois) anos;
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública**

**24.3** - A aplicação das sanções observará o devido processo legal, garantindo ao contratado ampla defesa e contraditório, conforme previsto na legislação vigente.

**Cachoeiras de Macacu, 25 de novembro de 2025.**

**Thailine dos Santos Prommerschenkel**

**Matrícula 333**

**Responsável pela elaboração do TR**

**Fábio Marinelli Pontes**

**Presidente da AMAE-CM**

**Portaria nº 0235/2025**



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6899/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

**ANEXO II - PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para prestação de serviço de destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos urbanos (RSV)	17.340	Ton.	<b>R\$ 115,16</b>	<b>R\$ 1.996.874,40</b>
<b>VALOR TOTAL:</b>				<b>R\$ 1.996.874,40</b>	





ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6899/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

**CONTRATO Nº XXXX/2026 QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A  
AUTARQUIA MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO – AMAE/CM E  
A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.**

A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU – AMAE/CM, Entidade Autárquica de Direito Público, da Administração Indireta, inscrita no CNPJ sob o nº 07.754.024/0001-85, com sede à Rua Joaquim Antônio da Rosa Sobrinho, 19 - Centro - Cachoeiras de Macacu/RJ – RJ, neste ato representada pelo Presidente, Sr. FÁBIO MARINELLI PONTES, Casado, Empresário, portador da Carteira de Identidade nº 125357087 expedida pelo IFP/RJ e CPF nº 054.181.617-92, residente e domiciliado à Rodovia RJ 116, 39 – Parque Santa Luzia – Cachoeiras de Macacu/RJ, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXX**, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX por meio de seu representante legal XXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXX e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, na presença das testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato, oriundo do Processo licitação na modalidade Pregão Eletrônica nº XXX/2026 e Processo Administrativo nº 1224/2025, com base na Lei nº 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 – Contratação de empresa para prestação de serviço de destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos urbanos (RSV).**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	<b><i>Contratação de empresa para prestação de serviço de destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos urbanos (RSV).</i></b>	Tonelada	17.340		



## 1.2 – Requisitos de Contratação:

**1.2.1** - A empresa deve estar em dia com todas as suas obrigações legais e fiscais, incluindo inscrição no CNPJ, Cadastro de Inscrição Estadual.

**1.2.2** - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**1.2.3** - Providencias a imediata correção das divergências pela AMAE, quanto à execução do serviço;

**1.2.4** - Responsabilização por eventuais danos: O contratado será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

**1.2.5** - Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato.

**1.2.6** - Manter, durante toda a vigência do contrato, as licenças e autorizações ambientais necessárias ao correto funcionamento dos serviços prestados;

**1.2.7** - Apresentar, se não for proprietária do local de destinação, carta de anuência emitida pelo titular da unidade licenciada, autorizando a utilização da estrutura para recebimento dos resíduos no quantitativo estimado pelo município, pelo período de vigência do contrato;

**1.2.8** - Providenciar os equipamentos, veículos, ferramentas, uniformes e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas de segurança do trabalho e ambientais;

**1.2.9** - Realizar a pesagem dos resíduos transportados em balança aferida pelo INMETRO, com emissão de tíquetes de pesagem em três vias (uma para a contratante, uma para a contratada e uma para arquivamento no local de destinação final);

**1.2.10** - Apresentar mensalmente relatório detalhado dos serviços realizados, com os respectivos tíquetes de pesagem e demais documentos comprobatórios, para fins de medição e liberação de pagamento;

**1.2.11** - Substituir o local de destinação final, sem ônus adicional para a Administração, caso haja suspensão, interdição, vencimento de licença ou qualquer impedimento legal para a continuidade da destinação no local inicialmente indicado;

**1.2.12** - Zelar pela preservação ambiental durante todas as etapas do serviço, evitando derramamentos, contaminações, poluição visual ou quaisquer danos ao meio ambiente;

**1.2.13** - Submeter-se à fiscalização da contratante a qualquer tempo, permitindo acesso a documentos, instalações, veículos e locais de destinação final dos resíduos, sempre que solicitado.



## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE:**

- 2.1** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o disposto neste Termo de Referência, nas cláusulas contratuais e nos termos de sua proposta;
- 2.2** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- 2.3** - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 2.4** - Notificar o Contratado, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas, vícios, defeitos ou incorreções verificadas quanto ao objeto ou constatadas no curso da execução dos serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 2.5** - Acompanhar e fiscalizar a execução do pacto e o cumprimento das obrigações pelo fornecedor;
- 2.6** - Efetuar o pagamento ao fornecedor do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;
- 2.7** - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.
- 2.8** - Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 2.8.1.** Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 2.8.2.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
  - 2.8.3.** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e,
  - 2.8.4.** Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 2.9** - Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.



- 2.10 - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 2.11 - Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 2.12 - Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 2.13 - Aplicar ao fornecedor as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou instrumento equivalente.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:**

- 3.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 3.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 3.3 - Comunicar ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 3.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 3.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 3.6 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 3.7 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;



**3.8** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.9** - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**3.10** - Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;

**3.10.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

**3.11** - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimentos básicos adequados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**3.12** - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.12.1** - Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

**3.13** - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente na execução do pacto;

**3.14** - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

**3.15** - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



**3.16** - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**3.17** - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

**3.18** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**3.19** - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

**3.20** - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

**3.21** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do pacto;

**3.22** - O Contratado/Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste Instrumento e em seus anexos, caso haja, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**3.23** - Assumir as responsabilidades decorrentes da execução deste Contrato, bem como as disposições contratuais;

**3.24** - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao Setor Administrativo responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

II) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

III) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

IV) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**3.25** - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;





**3.26** - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**3.27** - Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

**3.28** - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS RECEBIMENTO, DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

**4.1** - A metodologia de avaliação da execução dos serviços será de acordo com os seguintes parâmetros:

- a - Atendimento integral das exigências do Termo de Referência;
- b - Qualidade dos serviços prestados;
- c - Pontualidade na execução dos serviços.

**4.2** - Com vistas à melhoria contínua na prestação de serviços, este órgão adotará o Acordo de Nível de Serviços – ANS como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA.

**4.3** - Para obtenção da pontuação final de glosa da fatura, serão utilizados os critérios de avaliação da tabela ANS, conforme verificado abaixo:

<b>ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO</b>	
<b>1. ATENDIMENTO INTEGRAL DAS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	
<b>Finalidade</b>	<i>Contratação de empresa para prestação de serviço de destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos urbanos (RSV).</i>
<b>Instrumento de medição</b>	Avaliação de Reação aplicada aos servidores ao final da prestação do serviço.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Média das notas atribuídas pelos servidores que preencheram a Avaliação de Reação aplicada ao final da capacitação.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	De 7 a 10 - 100% da fatura;
	De 7 a 5 - 90% da fatura;
	De 5 a 4 - 80% da fatura;



	Abaixo de 4 - inexecução parcial.
<b>2. PONTUALIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	
<b>Finalidade</b>	Garantir a disponibilidade dos serviços.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Dias = Quantidade de dias de atraso
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	0 dias = 100% da Fatura em caso de aceite;
	de 1 a 5 dias = 95% do valor correspondente na Fatura;
	de 6 a 10 dias = 90% do valor correspondente na Fatura;
	Acima de 11 dias = 80% do valor correspondente na Fatura.
Para efeitos de ajuste no pagamento será considerada a média dos valores do item 1 e item 2 - "Qualidade" e "Prazo" - conforme a fórmula seguinte: $\frac{(\text{Faixa de ajuste no pagamento "Prazo"} + \text{Faixa de ajuste no pagamento "Qualidade"})}{2}$	

#### 4.4 – Da Liquidação:

**4.4.1** - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**4.4.2** - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**4.4.3** - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

#### 4.5 Do Prazo de Pagamento

**4.5.1** - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.



**4.5.2** - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

#### **4.6 Da Forma de Pagamento**

**4.6.1** - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**4.6.2** - O pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal e atesto de execução dos serviços, conforme avaliação dos fiscais técnico e administrativo.

**4.6.3** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**4.6.4** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**4.6.5** - O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

**5.1** – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

**5.2** – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

**5.3** – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o



resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

**5.4** – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

**5.5** – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

**5.6** – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

**5.7** – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

## INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA
GESTOR	Jonilson Correa Oliveira	047
GESTOR SUBSTITUTO	Cristiano da Silva Pinheiro	244
FISCAL TÉCNICO	Luciano da Silva Silvério	304
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	Leno Neves de Aguiar	262
FISCAL ADMINISTRATIVO	Filipe da Silva Barcelos	284
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	Arthur de Almeida Pereira	270

## CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA :

### **6.1– Prazo e Prorrogação***(Decreto 5.045/2024 – Art. 14, inciso XVII)*

**6.1.1** – O contrato terá início após a homologação do processo de licitação e assinatura pelas partes, com duração de até **12 (doze) meses**, em conformidade com o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.



**6.1.2** – Caso seja interesse, o contrato poderá ser prorrogado a critério da Administração perante a comprovação da vantagem econômica, conforme artigo 107 da Lei Federal nº14.133/2021.

**6.2– Prazo para Assinatura***(Decreto 5.045/2024 – Art. 14, inciso XVIII)*

**6.2.1** – Homologado o processo de licitação, o fornecedor selecionado será convocado para assinar o contrato no prazo de 04 (quatro) dias úteis não prorrogáveis, na sede da AMAE-CM, nos termos do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.2.2** – A recusa em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.2.3** – Na hipótese de recusa, a AMAE-CM poderá convocar outro fornecedor previamente consultado ou proceder à nova pesquisa de preços, de forma a assegurar a continuidade da contratação e o atendimento do interesse público.

**6.3– Requisitos da Contratação***(Decreto 5.045/2024 – Art. 14, inciso XIX)*

**6.3.1** – Os requisitos da contratação foram apresentados de forma detalhada no item 1.2 deste Termo de Referência.

**6.4 – Reajuste**

**6.4.1** – Não se aplica a esta contratação, tendo em vista a vigência máxima de 12 meses e a natureza do objeto.

**6.5 – Garantia Contratual**

**6.5.1** – Não será exigida a prestação de garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da baixa complexidade e baixo risco inerente ao objeto, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.

**6.6 – Subcontratação**

**6.6.1** – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo a execução ser integralmente realizada pela empresa contratada.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO**



7.1 O valor total contratado será de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, referente ao valor de **R\$ XXX,XX (XXXXXXXXXX)** por tonelada.

7.1.1 - Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irrevogáveis.

7.2 O pagamento será realizado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, e o fornecimento será conforme a demanda.

7.4 O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei n. 14.133/2021, arts. 125 e 126.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da AMAE de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30	30.33	3.3.90.39.00.00.00.00	1.704	Recursos vinculados a fundos

#### CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1 Após o interregno de um ano, contado da data do valor estimado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes, tendo como referência:

- o limite máximo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, ou;
- o limite máximo a variação acumulada do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI calculado pelo IPEA.

9.2 Caso os índices estabelecidos para delimitar o reajustamento dos preços sejam extintos ou, de qualquer forma, não possam mais ser utilizados para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição sejam adotados os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

9.3 Na ausência de previsão legal quanto aos índices substitutos, as partes elegerão novos índices para delimitar o reajustamento dos preços.





9.4 Incumbe à CONTRATADA a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CONTRATANTE, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

10.1 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, pro rata temporis, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

10.1.1 Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

10.2 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Em caso de descumprimento às regras deste contrato, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

11.1.1 advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.2 multa moratória:

a) de 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), ao dia, limitado a 20 (vinte) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de atraso injustificado do fornecimento da senha de acesso à plataforma.

b) no percentual de 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de interrupção do serviço, sem justificativa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**.

c) no percentual de 1,0% (um por cento), ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de reincidência do descumprimento descrito na alínea b deste item.



c.1) Considera-se reincidência a interrupção de que trata a alínea "b" deste item, por mais de uma vez, em período igual ou inferior a 30 (trinta) dias.

d) 0,1% (um décimo por cento) a hora/dia/ocorrência, limitado a 3,0% (três por cento), sobre o valor anual da contratação, no descumprimento de quaisquer obrigações contratuais previstas na execução do objeto, e não arroladas nos itens acima.

**11.1.3 multa compensatória, no valor de:**

a) 10% (dez por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato.

b) 30% (trinta por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução total do contrato.

**11.1.4 impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:**

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 04 (quatro) meses;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 12 (doze) meses;

c) dar causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 12 (doze) meses.

**11.1.4.1** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

**11.1.4.2** A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**.

**11.2** As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

**11.3** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.



**11.4** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.4.1** O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro Municipal por meio Guia de Recolhimento do Município, nos termos do §8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

**11.4.2** O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

**11.5** É admitida a reabilitação **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**11.6** A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**11.7** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**11.8** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a



ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

**11.9** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o contratante, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.10** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

**11.11** A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

**11.12** As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**12.1** Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, conforme disposto nos arts. 124, inciso II, alínea “d”, 130 e 131 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.2** O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a pedido da CONTRATADA ou por iniciativa da Administração, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que alterem significativamente os custos da execução do contrato.

**12.2.1** Para fins de análise do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória suficiente, demonstrando:

- I – a ocorrência do fato gerador do desequilíbrio;
- II – o impacto efetivo nos custos da execução contratual;
- III – a relação direta entre o evento ocorrido e a alteração dos encargos assumidos;
- IV – a memória de cálculo detalhada da recomposição pretendida.

**12.3** O pedido será analisado pela Administração, podendo ser deferido total ou parcialmente, mediante formalização por meio de termo aditivo, observado o interesse público e a vantajosidade da contratação.



12.4 Ressalta-se que o reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com o reajuste ou a repactuação contratual, os quais possuem regras próprias previstas neste instrumento e na legislação aplicável.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

13.1 Este contrato poderá ser extinto a juízo do **CONTRATANTE**, com base nos arts. 106, inciso III e 137 a 139, da Lei 14.133/2021, especialmente quando entender que a **CONTRATADA** não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

14.1 Em conformidade com o disposto na Lei n. 14.133/2021, art. 94, o contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo 10 dias úteis, contados da sua assinatura.

14.2 O contrato também será publicado, na íntegra, e respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, na Transparência Pública do CJF.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ANEXOS**

15.1 - Integram este contrato, como anexos, a cópia do Termo de Referência, das quais os signatários declaram ciência.

15.2 - No caso de conflito prevalecem às disposições constantes deste contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1 Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Comarca de Cachoeiras de Macacu/RJ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

17.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 14.133/2021, bem como dos princípios de direito público.



**17.3** O **CONTRATANTE** não realizará operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos nem de outros tipos de cessão decorrentes deste contrato.

**17.4** A **CONTRATADA** assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o **CONTRATANTE** não será responsável solidário.

**17.5** A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser protocoladas no setor próprio da AMAE-CM, situado na Rua Santo Antônio, nº 49 – Centro – Cachoeiras de Macacu/RJ

**17.6** Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

**17.6.1** O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
  - b) o interesse público;
  - c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.
- E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

Cachoeiras de Macacu/RJ, XX de XXXXX de 2026.

**FÁBIO MARINELLI PONTES**

**Presidente da AMAE-CM**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**EMPRESA CONTRATADA**

**CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXX**

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

Nome:

Endereço:

Endereço:

RG:

RG:

CPF :

CPF